R. História, São Paulo, n. 121, p. 149-154, ago/dez. 1989.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações.* Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. "Memória e Sociedade", coord. p/Francisco Belhencourt e Diogo Ramada Curto, v. 1).

Tiago C. dos Reis Miranda[1]

Reunidos pela primeira vez num único volume, os oito ensaios que compõem esta edição portuguesa facilitam o contato com a obra de um dos maiores historiadores franceses da atualidade. Seu trabalho mostra-se parlicularmente interessante no que se refere ao desenvolvimento de algumas noções interpretativas, cabendo ressaltar as idéias de *representação, prática* e *apropriação.* Embora tente dialogar com a filosofia e com a epistemologia, recusa esquematismos a-temporais e insiste na coerência entre as categorias utilizadas pelo historiador e o universo cultural que ele analisa. Reflexões de extrema sensibilidade, onde o estilo claro, direto, mas refinado, merece lugar de destaque.

Roger Chartier nasceu em 1945. Na década de setenta, começou a participar de grandes projetos editoriais, como *La Nouvelle Histoire,* que ajudou a dirigir, na companhia de Le Goff e Jacques Revel. Mais tarde veio a escrever para o *Dictionnaire des Sciences Historiques* e, na ausência de Philippe Aries, passou a coordenar o terceiro volume da inquietante *Histoire de la ViePrivée.* Seu nome está intimamente ligado aos principais trabalhos sobre a história da leitura e do livro; vale citar, por exemplo, *Les Usages de ¡'Imprimé, Practiques de la Lecture* e *Histoire de l'Êdition Française,* cuja autoria dividiu com Henri-Jean Martin. Em 1987, publicou *Lecture et lecterns dans la France d'Ancien Régime* e *The Cultural Uses of Print in Early Modern France.* Diretor de Pesquisa da *École des Hautes en Sciences Sociales,* Chartier mantém intercâmbio com as principais universidades européias e norte americanas,

1 Mestre em História Social — FFLCH/USP.

exercendo ainda a função de crítico em revistas científicas e jornais —, como o *Le Monde*[2].

O texto introdutório feito para esta edição começa explicando que os seus ensaios constituem uma " resposta à insatisfação sentida face à história cultural francesa dos anos 60 e 70, entendida na sua dupla vertente de história das mentalidades e de história serial, quantitativa" (p. 13). O autor recorda as condições académicas e institucionais que naquela altura estiveram aliadas ao surgimento de novos espaços de investigação. Citando Fierre Bourdieu, procura mostrar como o alargamento da disciplina ajudou a conferir maior legitimidade aos parâmetros científicos empregados nos estudos de caráter sócio-econômico.

Este primeiro conjunto de idéias sobre a *prática* de um grupo intelectual e suas *estratégias discursivas* permite exibir uma outra concepção de "história da cultura". Basicamente, o objetivo de Chartíer reside em "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social *é* construída, pensada, dada a ler" (pp. 16-17). Para tanto, ele debruça-se sobre os *esquemas intelectuais* que orientam a *apreensão* do universo e sobre "as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado" (p. 17).

Após criticar a idéia de uma suposta objetividade das estruturas, definida em oposição à subjetividade das representações, resgata os trabalhos de Marcel Mauss e Émile Durkheim, verifica as implicações das idéias de Ernest Cassirer sobre as "formas simbólicas", terminando por advogar o uso do conceito de *representação* num sentido historicamente mais determinado. Para as sociedades do Antigo Regime, a noção mostra-se bastante pertinente. O autor analisa os seus possíveis significados, fazendo ressaltar o aspecto "da variabilidade e da pluralidade de compreensões (ou incompreensões) do mundo social e natural propostas nas imagens e nos textos antigos" (p. 21). Chartier defende a vinculação das "modalidades do agir e do pensar" aos "laços de interdependência que regulam as relações entre os individuos e que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas de poder" (p. 25), Assim, a leitura passa a constituir um ato concreto, onde a interpretação é determinada por um variadíssimo conjunto de aspectos sociais, culturais e institucionais. O autor

2 Para alem da "Nota de Apresentação" (p. 7-11), V. CHARTIER, Roger. A leitura do mundo (Entrevista a Francisco Belard). *Expresso,* Lisboa, 5 de novembro de 1988. 45-R.

finaliza a introdução esclarecendo, que mantém uma atitude de "fidelidade crítica" em relação à história cultural dos Annales.

Esse posicionamento torna-se mais claro no ensaio "História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação", editado pela primeira vez em 1982. Chartier começa por discutir algumas características das historiografías nacionais, (entanto depois localizar motivos de aproximação entre os trabalhos de Marc Bloch, Lucien Febvre e Erwin Panovsky. Ao falar sobre a história das mentalidades, analisa os obstáculos que dificultam o recurso à quantificação. Mais adiante, critica o hábito de submeter o cultural a uma estrutura predeterminada de sociedade (p. 45)[3] . Embora sob perspectivas muito diferentes, incorpora ainda algumas inquietações de Lucien Goldmann e Carlo Ginzburg sobre a especificidade das leituras individuais.

Para o autor, o fato dos investigações francesas terem permanecido tantos anos satisfeitos com os pressupostos metodológicos de uma "história serial do terceiro nível" mostra um profundo desconhecimento da epistemología de Bachelard, Koyré e Canguilhem, além de uma certa relutância em compreender o alcance dos recentes trabalhos de historiadores da literatura e das idéias. Chartier procura sintetizar essas contribuições, questionando a operacionalidade de três pares de conceitos fundamentais: erudito/popular, criação/consumo e realidade/ficção. No primeiro caso, lembra os estudos de Mikhail Bakhtin e Carlo Ginzburg sobre o cruzamento de referências entre elementos de diferentes níveis sociais. Menciona ainda que " o 'popular' não está por natureza vocacionado para a análise quantitativa e externa..." (p. 57). Em segundo lugar, chama a atenção para a tarefa de reconstituir a historicidade do "consumo intelectual". Baseando-se em Michel de Certeau, procura encarar o texto de época como "um espaço aberto a múltiplas leituras" (p. 61). Por último, lembra que todo o escrito obedece a *categorias de pensamento* e *formas de apreensão do real* — e que ao "representarem" uma dada situação, também os textos criam realidades.

Esse debate, de certo modo, continua no capítulo "O Passado composto. Relações entre filosofia e história", publicado em 1987. O autor lamenta o atual distanciamento entre as duas disciplinas. Tentando compreender a sua origem, recorda como os *Annales* abandonaram a tradição hegeliana em favor de uma história que se dedicava à descontinuidade, ao defasamento e à diferença.

3 V. também p. 28, 54-58, 66-67 e 134-135.

Também então se passou a valorizar a "contabilidade" do objeto, que entrentanto se tem mostrado pouco satisfatória. Excetuando o sentido em que Michel Foucault falava de séries de discursos" (p. 77)[4], a história cultural parece abandonar grande parte dos procedimentos que no início deste século ajudaram a afirmá-la em oposição as teorias de Hegel.

Felizmente, Chartier não escapa às questões mais delicadas. As idéias de Paul Veyne levam-no a refletir sobre as formas da própria escrita do historiador. Ao comentar os postulados da vertente narrativista de Lawrence Stone, lembra a existência de semelhanças estruturais entre os relatos normalmente utilizados pela história e pela ficção. Todavia, sublinha nos primeiros o caráter plausível, coerenle e explicativo, caracterizando os dados necessários à urdidura de suas intrigas como "vestígios ou indícios que permitem a reconstrução sempre submetida a controle, das realidades que os produziram" (p. 82 e 88)[5].

A busca por uma "sociologia histórica das práticas culturais" parece encontrar na obra de Norbert Elias uma de suas maiores inspirações. O ensaio escolhido para o terceiro capítulo da coletânea portuguesa tenta analisar o momento em que foi escrita "A Sociedade de Corte" e, acima de tudo, compreender a originalidade de suas idéias. Chattier observa que o estudioso alemão se distanciou de Max Weber ao optar por categorias históricas determinadas, rejeitando a universalidade de conceitos como "público" e "privado". As observações realizadas sobre a corte do Rei Sol podem ser resumidas em três enunciados fundamentais: nela, a maior proximidade espacial manifesta um maior distanciamento social; "a construção da identidade do indivíduo situa-se (...) no cruzamento da representação que ele dá de si mesmo e da credibilidade atribuída ou recusada pelos outros a essa representação";

4 V. também p. 58 e 96, a!ém dos cap. V, VI e VII, onde o autor lança mão de recursos estatísticos.

5 Entre as citações do autor, vale destacar DARNTON, R, *O grande massacre dos gatos* (Trad. Sónia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986,363 p.); GUINZBURG, C. - "Sinais, raizes de uma paradigma judiciário" (In: *Mitos - Emblemas - Sinais*, Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia de Letras. 1989, p. 143-179) e 'prova e possibilita", In: DAVIS, N. Z.*// ritorno de Martin Guerre.* Turim: Einaudi, 1984, p. 131-154 (texto a ser publicado brevemente em Portugal). Para uma outra reflexão que **critica** o destaque da forma narrativa e a ausência de fronteiras entre o "histórico" e o "(ficcional, V. DIAS, M. O. L. da Silva. "Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: *Sérgio Buarque de Holanda;* vida e obra. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura/ Instituto de Estudos Brasileiros, 1988, p. 73-79.

finalmente, "a superioridade social afirma-se (...) pela submissão política e simbólica" (p. 111-112).

O estabelecimento de urna forte tensão entre elementos contrários também faz parte do estilo de Charlier. No início de uma série de três capítulos sobre a história da leitura, o autor procura mostrar que a apropriação de um texto depende, a um só (empo, do condicionamento que ele exerce sobre o leitor e do poder inventivo que este manifesta. Cabe ao historiador da cultura compreender os diversos momentos de intervenção editorial, desde a redação do manuscrito, até à sua passagem definitiva para *a* forma de impresso. O tamanho do volume e sua tipografia influenciam o estatuto das obras, modificando as instâncias sociais de apropriação. "No século XVIII, Lord Chesterfield é disso testemunha: 'Os grandes in-folios são os homens de negócio com quem converso de manhã. Os in-quartos são as companhias mais sofisticadas com quem me reúno depois do almoço; e os meus serões, passo-os na cavaqueira amena e muitas vezes frivola dos pequenos invoctavos e in-duodecimos"' (p. 132).

Entre os camponeses, a escala de valores é diferente. Os questionários dirigidos ao abade Gregório na década de 1790 ajudam a conhecer a prática da leitura intensiva, o gosto pelos temas religiosos e a importância da figura do pároco, que emprestava aos fiéis obras de sua biblioteca. Por este caminho, o estudo do impresso também permite visualizar relações inter-pessoais, além de dar a conhecer as culturas da oralídade e do gesto.

Nos dois útimos capítulos, o autor mergulha no domínio do "político". Suas formas de manifestação entre as camadas populares merecem uma análise cuidadosa. Recorrendo a dicionários de época, Chartier começa por mostrar que as definições de *povo* na França do Antigo Regime nada tinham a ver com a coisa pública. O cotidiano da modernidade caracterizou-se pela afirmação do poder absoluto. Embora se deva admitir que as revoltas do século XVII pertenciam ao universo da "cultura popular", a existência de descontentamento entre diversos níveis sociais torna difícil caracterizá-las como "políticas". Segundo o autor, de 1614 a 1789, as camadas populares não se parecem haver insurgido contra a nobreza nem contra a burguesia. De início, seu objetivo principal foi diminuir a carga de impostos. Só no século XVIII é que os agravos dos Estados Gerais começaram a privilegiar a própria validade das instituições. Movimento de longa duração, onde "a entrada" do *popular* na esfera da política deve ser vista "menos como o resultado de opções ideológicas expressas com grande clareza ou de escolhas determinadas pelo interesse social, do que como o efeito das

transferências, manipuladas ou espontâneas, das práticas que lhe são habituais" (p, 207-209)[6] , Essa dificuldade em compreender a natureza de certas manifestações tornou-se menos flagrante com a vitória do individualismo, após a Revolução.

A coletânea vem acompanhada por dois índices: o primeiro, de autores; o segundo, temático. Aopesar de algumas falhas pontuais, ambos são de extrema utilidade. O resultado da tradução é um texto fluente e agradável. Boas notícias para quem trabalha com a história da cultura; afinal, trata-se de leitura obrigatória.

O tema é retomado no cap. VIU (Construção do Estado moderno e formas culturais. Perspectivas e questões), p, 228-229. As visões de Joana da Cruz constituem um bom exemplo de "politização" do universo religioso, a nível popular. V. SOUZA, L. de Mello e. Visionárias portuguesas do século XVIII: o sagrado e o profano (Comunicação apresentada no I Congresso Luso-Brasiteiro sobre Inquisição em São Paulo), 1987, ex. dactilogr. 14 p.